

...mento de empregos, mesmo precários, de maneira a aliviar a carga do seguro-desemprego a que está sujeita a previdência social.

Em suas linhas macroeconômicas gerais, o acordo econômico e social prevê neste ano uma arrecadação fiscal sobre o PIB superior 0,8% ao recolhimento do ano passado. Isso pode parecer pouco, mas é muito, se se leva em conta que o governo não pretende elevar os impostos nem criar novos. O mesmo incremento é previsto para 1986.

A redução do déficit público é outra meta severa. O governo compromete-se a mantê-lo em 5% do PIB em 1985 e em 4,5% em 1986. Com essas medidas, acredita-se que o controle do déficit e a redução da taxa inflacionária permitirão investimentos novos, em índices superiores ao da inflação, neste ano e no próximo.

Ao mesmo tempo que o acordo conta com a criação de novos postos de trabalho e a manutenção dos empregos atuais, o governo promete criar mais 25 mil cargos na administração pública, possibilitando melhor atendimento da população, nos setores mais necessários.

Para a redução da taxa inflacionária, o colete triplo é utilizado: a política monetária, a política de moderação de rendimentos e a administração dos pre-

medida concertada no acordo. Já existia o estímulo, que era proporcional aos salários pagos. Pelo novo instrumento, a empresa pode deduzir do Imposto de Renda a importância fixa de 500 mil pesetas (3 mil dólares) por emprego adicional criado durante o ano.

No capítulo da tributação da renda da pessoa física houve também medidas em favor dos que tenham rendimentos menores. Os que recebem menos de 500 mil pesetas por ano (ou seja, cerca de 10 milhões de cruzeiros ao câmbio atual) não necessitam declarar.

Os investimentos públicos ficam também subordinados ao interesse social do convênio. O governo prevê aumento de investimentos da ordem de 50 bilhões de pesetas no atual exercício — e a aplicação será acompanhada de perto pelos signatários. Terão prioridade os investimentos que absorverem mais mão-de-obra, atenderem às necessidades gerais do país e contribuírem para a melhora das estruturas e equipamentos. Com esse aumento, os investimentos públicos espanhóis totais passarão de 500 bilhões de pesetas neste ano.

O acordo econômico e social, que terá a vigência de dois anos, não fica apenas nas grandes linhas da economia. Desce a detalhes de convivência trabalhista,

A urgência de uma Assembleia Constituinte

Ives Gandra da Silva Martins (*)

O dia 31/01/85 revestiu-se de particular relevância. Os advogados de São Paulo, no ato representados pelas três entidades de classe e acompanhados do centro acadêmico da mais tradicional Faculdade de Direito do País, deram o primeiro e decisivo passo para que a Nação venha a ter um novo estatuto supremo, veiculado por uma Assembleia Nacional Constituinte.



O País amadureceu. O sofrimento de milhões de brasileiros, em fase de transição histórica, não eliminou o bom senso, característica de nosso povo, permitindo-lhe transição serena de um período autoritário para uma democracia adolescente. Não houve sangue, nem desordens, nem agressões, nem rancores. Houve, sim, o esforço de uma brava gente, que desde o movimento pelas eleições "diretas já" demonstrou excepcional competência em mostrar o que queria e conseguiu que a transferência de poder se

iniciasse em clima de respeito e elevada politização.

O País deu uma lição ao mundo. De maturidade e de espírito cívico. O período anterior, com seus fulgores tecnocráticos, números fantasiosos e fracassos econômicos insuperáveis, começa a ficar para trás, a ter o amargo sabor das recordações indesejáveis, que só não são esquecidas pelos reflexos dantescos de desperdício e desgoverno transferidos para a futura administração.

Esta, apesar de enfrentar as dificuldades pertinentes à desconfortável herança, no campo econômico e social, deverá reconstitucionalizar o País. Permitir que o Brasil cresça, no direito e na justiça, com um ordenamento maior, fruto da vontade popular, e não de meras consequências elitistas de gabinetes desenraizados da realidade nacional.

O Brasil, portanto, caminha para uma nova era, em que a roupagem legal necessária deverá refletir os anseios e aspirações de toda a nacionalidade. E tal conformação suprema só será possível através de uma Assembleia Nacional Constituinte, em que todos os segmentos da sociedade possam ser representados. Uma Assembleia Nacional

Constituinte que se compo- nha por brasileiros vocacionados para a missão maior.

A evidência, o Congresso atual, em que pese o papel relevante prestado por destacados parlamentares, ou o futuro Congresso, que será eleito, à luz de uma Constituição outorgada por pequeno número de brasileiros e à sua revelia, não é o cenário ideal para dedicar-se a hercúlea missão, posto que suas funções legislativas e suas vinculações a estruturas partidárias nascidas de manipulações de gabinete não lhe dão nem a autonomia necessária, nem a dedicação integral, nem a representatividade plena que os membros de uma Assembleia Nacional Constituinte teriam.

A luta, portanto, para que o País opte por tal instrumento maior de produção legislativa é a coroação do processo democrático que se inicia, assim como a certeza de que todos os segmentos sociais nele serão representados, de forma autêntica e natural.

Democracia é a livre convivência dos conflitos, em ambiente de respeito e com mecanismos institucionais para as soluções que deseja a maioria. Só assim o governo está a ser-

viço do povo, e não o povo a serviço do governo. Só assim os governos podem ser responsáveis e o povo capaz de exigir essa responsabilidade. Só assim os grupos minoritários terão seus direitos respeitados, mas não se imporão ao pensamento das majorias. Só assim as manipulações poderão ser afastadas, a "verdade real" explicitada e a Nação encontrar sua vocação primeira e seu destino maior no concerto universal.

O Instituto dos Advogados de São Paulo, portanto, naquele momento de singela e comovedora relevância, vem, de público, dar seu apoio à mais legítima campanha para a reconstitucionalização. Nós, os advogados, sempre estivemos à frente dos grandes movimentos patrióticos, tendo a Faculdade do Largo de São Francisco e este estado dado o exemplo, em 1932, de luta por um ideal idêntico. Que não nos falte o mesmo vigor que os nossos maiores tiveram e consigamos o objetivo por que lutaram e morreram. A nossa luta apenas começou, e a nossa meta é aquela de todo o povo brasileiro, a Constituinte.

(*) Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo.

• Nomes e Notas

Atribulados burocratas chineses, reclamando de estarem sendo afogados num oceano de encontros inúteis, estão recusando-se a participar de conferências a menos que lhes seja proporcionada alguma "compensação material", disse, ao jornal China Daily, Zhang Wen, que se autodescreveu como

dem um tempo considerável que poderia ser gasto para resolver problemas mais urgentes."

O governo argentino estuda a possibilidade de arrendar as Ilhas Malvinas à Inglaterra caso as autoridades de Londres reconheçam a soberania de Buenos Aires sobre o arquipé-

manas processos judiciais exigindo reparações morais e materiais. Uma fonte militar, ligada ao grupo demandante, disse ontem que eles aguardarão "a posse das autoridades democráticas e o início da normalização institucional do país para terem as garantias suficientes".

O presidente eleito do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti, disse ontem, no Rio, que as relações di-



Camille Pissarro chegaram a Paris, procedentes dos Estados Unidos, para participar da maior exposição de pintura impressionista, inaugurada anteontem na capital francesa. A exposição, nascida por ocasião dos Jogos Olímpicos de Los Angeles em 1984, foi exibida também em Chicago antes de sua inauguração em Paris, onde ganhou várias outras obras pertencentes ao Museu de Lou-

as ramificações profissionais, científicas, técnicas ou administrativas e as bolsas serão concedidas a pessoas que trabalhem em pequenas, médias ou grandes empresas. O estágio será feito dentro de um programa de trabalho acordado entre o interessado e a empresa ou instituição escolhida, com duração de doze meses.

pode em med seu i Ente com man seus sua l co", Lonc "S nece ra e te prin por que quia teria indif des i tirar das Orie por cont